



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

1563 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 13 - Educação Fundamental

Tecendo relações: Estado Ampliado, Hegemonia e políticas públicas de educação em tempo integral
Raphael Henrique Mota Guillarducci - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Tecendo relações: Estado Ampliado, Hegemonia e políticas públicas de educação em tempo integral

Resumo

O objetivo deste ensaio é destacar dois conceitos trabalhados por Antonio Gramsci -*Hegemonia* e *Estado Ampliado*, buscando relacioná-los com elementos presentes nas políticas contemporâneas de ampliação da jornada escolar. Metodologicamente, o trabalho se amparou em revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados preliminares indicam que o direcionamento da política de educação em tempo integral aponta para uma forte influência de setores privados da sociedade civil na implementação dos programas. Tal cenário apresenta conflitos na organização das atividades pedagógicas e nos processos formativos dos sujeitos envolvidos.

Palavras-Chave: Gramsci; Estado; Educação em tempo integral.

Tecendo relações: Estado Ampliado, Hegemonia e políticas públicas de educação em tempo integral

Resumo

O objetivo deste ensaio é destacar dois conceitos trabalhados por Antonio Gramsci -*Hegemonia* e *Estado Ampliado*, buscando relacioná-los com elementos presentes nas políticas contemporâneas de ampliação da jornada escolar. Metodologicamente, o trabalho se amparou em revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados preliminares indicam que o direcionamento da política de educação em tempo integral aponta para uma forte influência de setores privados da sociedade civil na implementação dos programas. Tal cenário apresenta conflitos na organização das atividades pedagógicas e nos processos formativos dos sujeitos envolvidos.

Palavras-Chave: Gramsci; Estado; Educação em tempo integral.

Introdução

O objetivo deste ensaio é destacar dois conceitos trabalhados por Antonio Gramsci -*Hegemonia* e *Estado Ampliado*, buscando relacioná-los com elementos presentes nas políticas contemporâneas de ampliação da jornada escolar. Metodologicamente utilizamos a revisão bibliográfica e a análise de documentos referentes aos Programas federais *Mais Educação* e *Novo Mais Educação*, embasando o trabalho nos textos de Coutinho (2003); Cavaliere (2014); Gramsci (2015); Silva (2015) e Liguori & Voza (2017).

Ao refletir sobre o conceito de hegemonia, Gramsci aborda a diferença entre as sociedades “orientais” e “ocidentais”. “A “ocidentalidade” de uma formação social não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato histórico” (COUTINHO, 2003, p. 148). No entendimento do autor, essa separação se refere ao desenvolvimento econômico, em sua relação com a dimensão política.

Gramsci, a partir dessas análises, chegou ao entendimento de que, nas sociedades onde o capitalismo é mais desenvolvido, não é possível articular a revolução apenas por meio de um enfrentamento direto e domínio dos aparatos de produção. O intelectual italiano alerta para o fato de que, para obter êxito na tomada de poder, nas sociedades capitalistas ocidentais os grupos subalternos deveriam ser dirigentes, antes de se tornarem dominantes.

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 2011, p. 290).

De tal relação, é possível constatar que a hegemonia está articulada a projetos de poder e de sociedade, sendo exercida, predominantemente, no âmbito superestrutural. As reflexões sobre o conceito de hegemonia foram imprescindíveis à elaboração de outro conceito gramsciano - o de Estado Ampliado, uma vez que, em linhas gerais, a teoria do Estado Ampliado é representada pela indissociável relação entre sociedade política e sociedade civil.

“Por sociedade política, Gramsci entende o Estado tal como era compreendido”, ou seja, a sociedade política corresponde a uma fração do Estado representada pelo “governo dos funcionários”. Esse ‘governo dos funcionários’, compreende o aparato governamental e o aparato coercitivo” (LIGUORI, 2017, p. 735). Entretanto, o autor defende que tal definição de Estado não abarca as relações em sua totalidade. Para ele, o Estado é composto pela junção da sociedade política com a sociedade civil. Nesse entendimento, o domínio do aparato governamental e coercitivo não é suficiente para a manutenção de um projeto de sociedade, ou seja, faz-se necessária a construção de mecanismos que direcionem ideologicamente as diferentes classes sociais para o *consenso* acerca das normas vigentes.

É no bojo da sociedade civil que os projetos hegemônicos e contra-hegemônicos entram em constante disputa. A sociedade civil, nos países capitalistas avançados, adquire certa autonomia em relação à sociedade política (COUTINHO, 2003). Essa relativa autonomia torna possível a articulação de um projeto contra-hegemônico, que possa fazer com que uma classe se torne dirigente antes de ser dominante.

O período em que Gramsci viveu e formulou tais conceitos apresenta aspectos conjunturais distintos do período atual. Porém, determinadas questões identificadas no processo de elaboração dos conceitos de hegemonia e da teoria ampliada do Estado podem nos ajudar na análise da organização do Estado, na contemporaneidade.

Tecendo relações: Estado ampliado, Hegemonia e Políticas públicas de educação em tempo integral

Com a breve introdução dos conceitos de Hegemonia e Estado ampliado nos indagamos: quais possíveis relações entre os respectivos conceitos podem nos dar subsídios para compreender o direcionamento da política de ampliação da jornada escolar desenvolvida em âmbito federal?

Em busca de uma resposta para essa questão, identificamos que os Programas Mais Educação e Novo Mais Educação constituem-se como as principais ações desenvolvidas em âmbito nacional, pelo Governo Federal, na última década. O primeiro programa fora instituído em 2007, durante o governo Lula, estendendo-se até 2015, na gestão de Dilma Rousseff. O segundo, fora instituído em 2016, no governo de Michel Temer. Existem continuidades e rupturas em relação aos dois programas. Contudo, neste trabalho, destacamos apenas os elementos que podem ser analisados à luz dos conceitos de Estado ampliado e Hegemonia.

A articulação de ambos os programas, de acordo com as diretrizes normativas expressas em seus documentos (BRASIL, 2009); (BRASIL, 2017) indica a participação das comunidades escolares e de entidades da sociedade civil como meio de garantir as ações e objetivos propostos na ampliação da jornada escolar. Tais programas são intitulados pelo Governo Federal de *indutores* da jornada escolar de tempo integral, uma vez que não assumem individualmente as responsabilidades pela extensão do tempo escolar.

As características dos programas indicam uma possível perda da centralidade da escola nas atividades pedagógicas promovidas no contraturno escolar. Percebemos, nesse processo, a intensificação de um projeto educacional que cada vez mais abre espaço para a entrada de instituições privadas na implementação dessas políticas.

Silva (2015) indica que as políticas de ampliação da jornada escolar em que a escola perde centralidade demonstram uma omissão do poder público na garantia de condições para a realização das atividades escolares, tendo em vista que a realidade e as demandas das instituições públicas - que são, principalmente, de ordem estrutural - não são consideradas como prioritárias. Nesse processo, há uma transferência das atividades escolares para espaços exteriores à instituição escolar, evidenciando a atuação de setores privados na realização das atividades dos programas.

Diante desse cenário, Cavaliere (2014), ao refletir sobre essas políticas de educação em tempo integral, questiona se essas ações têm se constituído como uma política de Estado, sendo um direito dos estudantes, ou se são constituídas por práticas amparadas por um discurso de filantropismo. Tal reflexão é de extrema relevância, considerando que na movimentação da sociedade civil, é possível identificar o protagonismo de organizações privadas, que, por meio das ações filantrópicas, realizam as atividades de ampliação da jornada escolar, com destaque para a atuação da Fundação Itaú Social/CENPEC e do Instituto Ayrton Senna.

Nesse processo, é importante questionar as consequências da atuação de tais grupos no âmbito da educação pública, uma vez que eles carregam concepções de educação, de formação e de mundo. É possível identificar contradições nas ações de entidades privadas, que vão de encontro aos preceitos para a educação pública, tendo em vista que muitas dessas organizações transferem para o campo educacional a lógica do mercado, eminentemente excludente e (re)produtora de desigualdades. Contudo, a atuação de tais grupos faz-se presente e é reiterada por diversos setores da sociedade, considerando que há uma movimentação em busca da legitimidade dessas organizações na implementação das políticas de ampliação da jornada escolar. Essa movimentação é expressão de disputas por hegemonia nas ações do campo educacional, onde se identifica o Estado em sentido ampliado, ou seja, evidencia-se o protagonismo e controle exercido por tais organizações na condução da política educacional.

Um dos principais discursos para amparar a atuação de tais organismos privados na política de ampliação da jornada escolar refere-se à ideia de que as instituições escolares públicas não possuem condições estruturais, materiais e de recursos humanos para assumir as responsabilidades de uma educação em tempo integral, sendo então a promoção de parcerias público-privadas o caminho mais indicado para a execução dos programas. Obviamente, tal discurso entra em disputa com outros projetos que direcionam esses conflitos à busca do fortalecimento da escola pública, ao invés de promover uma intensificação de suas fragilidades, fomentada pela retirada da centralidade da instituição escolar.

A correlação de forças e os embates no campo da educação tem favorecido a atuação dessas organizações privadas, caminhando na tentativa de criar um consenso acerca de uma concepção de superioridade do privado em relação ao público. Embora seja precipitada uma afirmação de que tal projeto seja hegemônico, não podemos negar que a crescente atuação de tais organizações na educação - sobretudo no que se refere às políticas de jornada escolar em tempo integral - acarreta impactos na organização das políticas educacionais, na formação dos estudantes e atuação dos professores.

Considerações Finais

A concepção de educação preconizada por essas organizações privadas, em diversos contextos, está atrelada a uma visão produtivista e instrumental. Tal concepção se afasta de uma formação crítica dos sujeitos. Do ponto de vista do trabalho docente, percebemos impactos que se referem à perda de autonomia dos professores nos processos pedagógicos, considerando que a atuação de tais organizações se dá, também, no sentido de elaboração dos materiais didáticos e planos de aula a serem simplesmente executados. Nessa concepção de educação, há uma tentativa de transformar o docente em um mero aplicador das propostas pré-formuladas.

Do ponto de vista da elaboração da política, tais concepções constituem uma visão onde os problemas educacionais são assumidos superficialmente, mediante um discurso em que se atribui responsabilidades indevidas às comunidades escolares e aumenta o poder de influência de agentes privados, que passam a deter um maior controle na implementação dos programas, construindo um projeto educacional que não contribui para a superação das desigualdades e do caráter dualista da escola brasileira.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação: Passo a Passo**. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Novo Mais Educação: cadernos de orientação pedagógica – versão 1** - Brasília, DF, 2017.

CAVALIERE, A. M. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado? **Educação & sociedade**, Campinas, vol. 35, n. 129, p.1205-1222, out.-dez. 2014.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. 2º ed. Rio de Janeiro- RJ: Civilização brasileira, 2003.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália**, v. 5. 4º ed. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

LIGUORI, G; VOZA, P (org). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, B. A. R. Diferenças entre as perspectivas de educação integral em Anísio Teixeira e no programa Mais Educação. **HISTEDBR**, Campinas, n. 61, p. 202-218, mar. 2015.